

O TRATADO DE WINDSOR DE 1386 NO CONSPECTO DAS RELAÇÕES LUSO-INGLESAS

Humberto Baquero Moreno

Deverá entender-se a realização do tratado de Windsor na premência sentida pelo futuro rei de Portugal em alcançar o apoio da Inglaterra, que tem antecedentes na luta que teve de travar com o rei de Castela. Como aliás bem observa o cronista Fernão Lopes, cumpria ao Mestre de Avis logo a seguir à morte de João Fernandes de Andeiro (6 de Dezembro de 1383), a solicitar a Ricardo II autorização de modo a permitir que os seus subditos pudessem livremente participar na luta que os portugueses iriam realizar frente aos castelhanos (1).

Para alcançar esse desiderato impunham-se conversações a nível diplomático. Assim, dentro desta óptica largaram do porto de Lisboa dois navios com destino a Inglaterra, em que seguiam viagem o criado do Mestre Avis, Lourenço Martins e o cidadão inglês Thomas Daniel. Sendo importante a colónia inglesa na capital do reino haveria interesse nos bons ofícios que este último pudesse desempenhar para que as conversações se traduzissem num bom resultado (2). Lembremos, ainda, que apesar da sua naturalidade inglesa fora vassalo do falecido rei D. Fernando, tendo sido beneficiado por carta de doação deste monarca de 20 de Fevereiro de 1381 com o lugar de Azeitão e umas casas localizadas em Lisboa, de onde ele era vizinho, que haviam pertencido a Pedro Afonso Mealha, já falecido (3).

Entendeu, ainda, o regente português, aumentar a sua ofensiva diplomática com o envio duma segunda embaixada que pudesse apoiar a acção daqueles emissários. Deste modo, decorridos alguns meses, recebem as suas credenciais algumas figuras nacionais de maior peso sócio-político. Como embaixadores vão ser enviados o mestre de Santiago Fernando Afonso de Albuquerque, que usufruía da maior confiança do mestre, e o Chanceler-mor do reino Lourenço A-

nes Fogça, que investido nessas funções desde o reinado de D. Fernando recebia uma prova da estima régia e no reconhecimento do seu talento ao ser armado cavaleiro por o futuro D. João I na Sé de Lisboa, antes da sua partida para as difíceis negociações (4). Fernão Lopes refere-nos que o início da sua missão deu-se no dia 31 de Março de 1383, o que se trata de um lapso que se verificou precisamente no ano seguinte (5).

Inserere-se dentro duma perfeita lógica esta insistência do Mestre de Avis, se recordarmos que o exército castelhano chegou a Santarém um pouco antes de 22 de Janeiro de 1384, o que constituía uma pesada ameaça sobre Lisboa, cujo cerco viria a dar-se entre Maio e Setembro desse ano (6).

Fernão Lopes revela-nos que enquanto Lourenço Anes Fogça se deslocava numa barca, o Mestre de Santiago fê-lo numa nau. A prudência aconselhava que o fizessem em separado, tendo a viagem durado uma semana. Alcançado o porto inglês de Plymouth, aqui receberam montadas que lhes permitissem seguir para Londres, onde permanecia a corte inglesa, tendo sido recebidos por Ricardo II com o maior agasalho. Um dos seus principais interlocutores viria a ser João de Gant, duque de Lencastre, junto de quem manifestaram o interesse do mestre de Avis para que pessoalmente "quisesse cobrar o regno de Castella que lhe por azo de sua molher de direito pertencia"(7).

Longa foi a estadia dos embaixadores portugueses na Inglaterra, naturalmente preocupados com o recrutamento de homens de guerra e a sensibilização da corte inglesa para os seus desígnios. Mas o auxílio inglês limitou-se a muito poucos homens, os quais embarcaram em Plymouth com Lourenço Martins em barcos portugueses. Valeu ao menos de consolação aos nossos diplomatas, que não arre-davam pé da Inglaterra, uma ajuda financeira de três mil e quinhentos dobras. A par desta compensação temos o envio por Ricardo II ao Mestre de Avis duma missiva em que lhe revela satisfação pela presença dos altos dignitários portugueses em solo inglês, do mesmo modo em que lhe exprime agradecimento pela oferta de galês portuguesas para a longa guerra com a França, garantindo-lhe em troca que facilitará o recrutamento de homens de guerra ingleses que

queiram combater em Portugal (8).

Enquanto durava a missão negocial dos nossos embaixadores iam chegando novas de Portugal. Uma de grande impacto consistia na eleição de D. João como rei de Portugal, em 6 de Abril de 1385, nas Cortes de Coimbra. Possuidor doutra legitimidade insistia o novel monarca, através duma mensagem, na feitura dum tratado de paz e de amizade com a Inglaterra. Aproveitava o ensejo para transmitir as circunstâncias em que alcançara o trono português, motivo para ele de grande júbilo (9).

Maior retumbância do que a eleição de D. João I teve na corte inglesa a notícia da vitória portuguesa de Aljubarrota, onde haviam combatido archeiros ingleses. Dada a boa nova ao duque de Lencastre, este sentiu-se de imediato apto a iniciar a disputa do trono de Castela, dado que estava casado com D. Constança, filha do assassinado rei de Castela, Pedro I. A rogo da mulher, João de Gant pediu licença a Ricardo II para vir a tomar o trono castelhano, que entendia pertencer-lhe de pleno direito (10).

O rei da Inglaterra deu o seu assentimento ao pedido de João de Gant e tratou de imediato de iniciar as diligências necessárias à celebração da paz com Portugal. Dentro deste escopo passou em Westminster, em 20 de Outubro de 1385, os indispensáveis salvo-condutos, aos dois embaixadores portugueses, com a finalidade de se negociarem as cláusulas de um tratado entre ambos os países (11). Por parte da Inglaterra, em Abril de 1386, eram nomeados embaixadores encarregados de redigir o acordo, o doutor em direito Ricardo Ronhale e ainda Ricardo Alberbury e João Clanowe (12).

Devemos sublinhar que avinda do duque de Lencastre à Península Ibérica, significava o fornecimento pelo nosso país de galés e navios aptos ao transporte de soldados. O pedido chegou ao conhecimento de D. João I quando o arraial das tropas régias cercava o castelo de Chaves. Pelos itinerários régios temos conhecimento que o nosso rei permaneceu nesse assédio de 15 de Janeiro a 30 de Abril de 1386 sendo de presumir que a mensagem de João de Gant chegou ao destinatário muito próximo do fim do cerco (13).

Continha treze cláusulas o tratado de Windsor de 9 de Maio de 1386. Logo na cláusula inicial estabelecia-se que entre os na-

turais e os reis dos dois países haveria uma amizade perpétua que obrigava ambas as partes à prestação de socorro mútuo, sempre que uma das nações estivesse ameaçada. Ressaltava no acordo a importância do comércio marítimo, pelo que se comprometiam as duas partes a não prestar qualquer auxílio a inimigos comuns, do mesmo modo que não poderiam fretar embarcações de países inimigos de um dos lados. Caberia, ainda, a cada um dos signatários o dever de avisar o outro sempre que houvesse conhecimento de algum perigo externo que representasse ameaça para qualquer uma das nações. O princípio da livre circulação de pessoas e bens aparece-nos igualmente consagrado no corpo do tratado em apreço (14).

Conforme já foi lembrado o tratado de Windsor obedecia fundamentalmente, para além das motivações económicas e estratégicas, às pretensões inglesas de entrarem na corrida da disputa da coroa castelhana. Prolongava-se, deste modo, até à Península Ibérica o mal denominado conflito de Guerra dos Cem Anos, onde a Inglaterra apostava fortemente no presuposto de colocar a França no meio de dois blocos que lhe fossem hostis (15).

Interessante resulta revelar que no dia da assinatura do tratado de Windsor, ocorrido em 9 de Maio de 1386, o rei de Portugal encontrava-se envolvido na campanha militar de Trás-os-Montes. Exactamente, na jornada que precede a celebração do acordo entre as duas nações, assenta o seu acampamento na ribeira da Vilarica, situada no termo da vila de Torre de Moncorvo (16).

Em termos práticos um dos resultados imediatos do tratado de Windsor consistiu no arranque dos preparativos que conduziram ao casamento entre o rei de Portugal e a filha de João de Gant, Dona Filipa de Lencastre. Acompanhemos de perto os eventos que favoreceram a sua concretização.

D. João I após o cerco de Coira dirigiu-se para Lamego, onde se demorou de 23 de Julho a 3 de Agosto. Quando permanecia naquela cidade manifestou o propósito de cumprir uma promessa no santuário de Santa Maria de Guimarães. Tal desiderato não chegou a realizar-se de imediato pois logo a seguir recebeu a notícia de que o duque de Lencastre se dirigia para a cidade do Porto, o que o obrigou a alterar substancialmente os seus planos. Efectivamente, o rei de Portugal chega ao burgo portugalense em 10 de Agosto e por

lá se demora até 27 de Setembro. Deixa esta cidade em direcção a Ponte da Barca, onde os documentos nos atestam a sua presença de 8 a 29 de Outubro de 1386. De mosteiro de Celanova, na Galiza, parte entretanto o duque de Lencastre, que se entrevista com o rei português em Ponte de Mouro (17).

O encontro entre os futuros sogro e genro deu-se em 1 de Novembro, assentando-se aí definitivamente o matrimónio de D. João I com D. Filipa de Lencastre (18).

Tão depressa terminou a entrevista o nosso rei dirigiu-se até Évora, preocupado com as questões de natureza militar. Na cidade alentejana detecta-se a sua presença na segunda semana de Dezembro, o que coincide com a chegada de D. Filipa de Lencastre à cidade do Porto. Mal soube da boa nova empreendeu o rei o seu regresso à urbe nortenha, onde permanece desde o Natal até ao início do ano seguinte. Em pleno clima de preparativos nupciais ainda teve D. João I de efectuar uma ida a Guimarães com o propósito de ordenar "feitos de guerra" (19).

Cabe, assim, dizer, que viria a ser sob o signo de Windsor, que se realizou em 2 de Fevereiro de 1387 o casamento entre D. João I e D. Filipa de Lencastre, o que naturalmente contribuiu para selar todos os esforços anteriormente realizados no sentido duma aproximação preferencial entre Portugal e Inglaterra, num momento histórico particularmente crucial para as duas nações (20).

NOTAS

- 1) Fernão Lopes, *Crônica de D. João I*, ed. Civilização, Barcelos, 1983, livro 1, cap. XLVII, p. 95.
- 2) Idem, *Ibidem*.
- 3) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 2, fols. 86-86 v. Informa-nos o historiador inglês Peter Russel que Tomas Daniel exportava tecidos para a Península Ibérica oriundos de Bristol (*The English Intervention in Spain and Portugal in the time of Edward III and Richard II*, Oxford, 1955, p. 363).
- 4) Fernão Lopes, *ob. cit.*, cap. XLVII, p. 95.
- 5) Idem, *Ibidem*, livro II, Porto, 1949, cap. LXXVIII, p. 194.
- 6) Luís Suárez Fernandez, *História del reinado de Juan I de Castilla*, tomo I, Madrid, 1977, pp. 403-404.
- 7) Fernão Lopes, *ob. cit.*, livro I, cap. XLVII, pp. 95-96.
- 8) Idem, *Ibidem*, pp. 97-98.
- 9) Idem, *Ibidem*, livro II, cap. LXXVIII, p. 194.
- 10) Idem, *Ibidem*, cap. LXXIX e LXXX, pp. 195-197.
- 11) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, Lisboa, vol. II, pp. 87-88.
- 12) Idem, *Ibidem*, pp. 96-97.
- 13) Veja-se a minha introdução ao vol. 1 da *Crônica de D. João I*, de Fernão Lopes, p. XVIII.
- 14) Fernão Lopes, *ob. cit.*, livro II, cap. LXXXI, pp. 108-110. À cerca do tratado veja-se o livro de Eduardo Brasão, *Uma Velha Aliança*, Lisboa, 1955, pp. 72-83.
- 15) Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. 1, Lisboa, 1977, p. 313.

- 16) Humberto Baquero Moreno, introdução ao vol. I da *Crônica de D. João I*, de Fernão Lopes, p. XVIII.
- 17) *Ibidem*, p. XIX.
- 18) Fernão Lopes, *ob. cit.*, livro II, cap. XCI e XCII, pp.216-219.
- 19) Humberto Baquero Moreno, introdução ao vol. I da *Crônica de D. João I*, de Fernão Lopes, p. XXI.
- 29) Fernão Lopes, *ob. cit.*, livro II, cap. XCIV, pp. 221-222. Para um enquadramento do tratado de Windsor na problemática internacional veja-se a síntese de Luís Adão da Fonseca, *O essencial sobre o tratado de Windsor*, Lisboa, 1986.

